

## RESENHA

### O TERRORISMO DE ESTADO E A HISTORIOGRAFIA ACERCA DAS DITADURAS LATINO-AMERICANAS

CAÑÓN, Lisandro; DA SILVA, Jussaramar (Ed.). **Terrorismo de Estado**. Brava Gente, 2023.

TIAGO SANTOS SALGADO

Graduado em História pela UNESP, Mestre em História pela PUC-SP e pesquisador do Centro de Estudos de História da América Latina (CEHAL-PUCSP).  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9815-2384>

Recebido em: 20/02/2023

Aprovado em: 11/03/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v77p402-409>



A obra “Terrorismo de Estado”, organizada pelos professores Lisandro Cañón, Jussaramar da Silva e Enrique Serra Padrós, foi o resultado dos encontros de um Grupo de Trabalho (GT) formado por pesquisadores, após a realização do Congresso da Associação de Historiadores de História da América Latina – (ADHILAC/Brasil) em 2021, a fim de estudar o ciclo de Ditaduras no Cone Sul americano. As pesquisas que compõem a obra buscam compreender como as Ditaduras de Terrorismo de Estado se instalaram em diversos países da América Latina, de modo que a análise se dá por meio de um amplo debate teórico e historiográfico, objetivando situar a singularidade histórica de cada país e identificar elementos em comum, os quais contribuem para o entendimento desse período e de suas consequências.

Importante lembrar que o período de elaboração do livro coincide com a pandemia de COVID-19 e, no Brasil, com o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, o que escancarou o papel do Estado brasileiro – e, de forma geral, do latino-americano – em relação à preservação da ordem e das condições para a exploração do trabalho e para a reprodução do Capital; em outras palavras, explicitou a natureza autocrática que se efetiva mesmo em períodos tidos como democráticos. Dessa forma, o ponto de partida do GT que estrutura o livro indica que a “adoção de práticas terroristas por parte dos Estados tipifica uma modalidade particular de Estado de exceção” (p. IV).

Nesse período também aconteceu o falecimento do professor Henrique Padrós, da UFRGS, ativo participante do Grupo de Trabalho e importante pesquisador do período ditatorial latino-americano. O livro presta sua homenagem a obra do professor Padrós e publica um texto inédito do autor.

Outra característica importante é que o livro aponta uma renovação historiográfica sobre o período ditatorial na América Latina. Assim, no texto “Fascismo, notas para atualização e compreensão”, o professor Luiz Carlos Checcia discute o conceito de fascismo para se compreender as formas pelas quais o Terrorismo de Estado pode se efetivar. A contribuição de Checcia é fundamental, uma vez que enfrenta um tema “tabu” na historiografia, pois muitos tendem a restringir o fascismo ao período da década de 1930, sendo, portanto, impossível que experiências dessa natureza possam se repetir. Tal perspectiva, talvez pelo excesso de zelo com a violência do fascismo (em particular o fascismo alemão) ou por questões ideológicas, acaba por

interditar o debate, ignorando uma série de elementos que indicam a longevidade do fascismo.

Para o autor, em situações de crise agudas do capitalismo, a pequena-burguesia busca expressar seus interesses com líderes ou organizações fascistas, encarados como uma possibilidade transformação social, mobilizando sentimentos como a angústia, o medo e a insegurança. Desse modo, a cultura é um elemento fundamental para se compreender a ascensão dos regimes fascistas, sendo que “qualquer estudo sobre fascismo que não aborda os aspectos culturais corre o risco de simplificar em demasia o entendimento acerca da mobilização do principal agente político para os fascistas: as massas populares” (p.4).

A ampla mobilização popular se enquadra, então, no contexto de democracias liberais, em sociedades amparadas pelo individualismo e pelo consumismo, facilitando que o ideário fascista consiga acessar as pessoas sem a mediação política. Portanto, Checcia busca entender o fascismo através de três elementos-chave: a pequena burguesia, a cultura (retomando a discussão de Raymond Willians) e a democracia liberal. Esse ensaio analisa as condições pelas quais o fascismo ganha força e a atualidade da categoria, uma vez que “o fascismo é parte da sociabilidade burguesa” (p.27).

Já no artigo “A estruturação do Terrorismo de Estado no Cone Sul a partir da junção da Doutrina de Segurança Nacional e da Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária no último ciclo de ditaduras do século XX”, a professora Jussaramar da Silva investiga o “Terror de Estado” como um elemento sistematizador, utilizado pelos Estados ditatoriais contra a população civil através de assassinatos, torturas e sequestros. A autora destaca o papel das Forças Armadas nessa conjuntura, uma vez que sua função seria a defesa da segurança externa, no entanto, durante o período de ditaduras, passa a atuar contra inimigos internos, considerados uma ameaça à segurança nacional, o que identifica o caráter classista do Estado, o qual atua em defesa de interesses particulares, ou seja, de suas respectivas burguesias.

No caso latino-americano, as ditaduras militares do final do século XX construíram uma cooperação entre os países e as suas Forças Armadas, visando reprimir e perseguir os considerados subversivos, demonstrando também uma integração doutrinária, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, por meio da Guerra Contrarrevolucionária, que foi a

instrumentalização do terror para classificar as lutas sociais – mesmo aquelas de caráter nacionalista, com o objetivo de superação da miséria e da pobreza – como subversivas e, portanto, ameaças à segurança interna.

Nesse contexto, o artigo “Apontamentos sobre as DSNs e a onipresença do inimigo interno no Brasil – algumas similaridades com a Argentina”, de Moisés Carlos Ferreira, investiga a gênese das Doutrinas de Segurança Nacional no Brasil, apontando algumas similaridades com o caso argentino através das formas de organização e do desenvolvimento do aparato repressivo nos dois países. Para tal, o autor aponta as relações entre o desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional com as formas de interação entre os países latino-americanos e os interesses imperialistas dos EUA no continente.

Como se sabe, com o avanço da Guerra Fria, os EUA passaram a instrumentalizar com mais intensidade a ideia de que o continente estava sob ataque comunista, mobilizando, portanto, o ideário anticomunista, que passou a povoar de maneira cada vez mais acentuada a prática repressiva dos Estados latino-americanos. Moisés indica como a própria forma de desenvolvimento do Estado brasileiro facilitou a ativação desse ideário, uma vez que, desde o século XIX, as Forças Armadas são utilizadas para garantir a reprodução da ordem liberal e burguesa no país.

As Doutrinas de Segurança Nacionais aparecem com o objetivo de construir a ideia de um Estado onde as tensões classistas não existem, buscando simplificar a realidade para compor um ideário em que qualquer antagonismo ao poder constituído é considerado ato subversivo, sendo passível de violenta repressão estatal. Nessa conjuntura, o inimigo interno é aquele identificado como perturbador da ordem e da organização estatal, tidas como legítimas, mesmo que reproduzam violência e desigualdade.

O professor Marcos Gonçalves, no artigo “O terrorismo de Estado e a invenção de um espectro: as organizações de frente comunista no sistema de informações da ditadura brasileira”, destaca a importância do anticomunismo para a efetivação e a reprodução da ditadura brasileira. Desse modo, o autor realiza um importante balanço historiográfico sobre as interpretações acerca das formas de interferência e análise política que as organizações comunistas propunham no contexto do golpe de 1964 e durante a ditadura. Assim como os outros artigos que compõem o livro, o texto do professor Gonçalves

caracteriza a ditadura como um período de terrorismo de Estado, destacando quais os elementos faziam parte do arcabouço repressor do período, em especial, o papel que o anticomunismo cumpria nesse cenário específico.

Gonçalves analisa a documentação produzida pela comunidade de informação da ditadura brasileira sobre as Organizações de Frente Comunista, indicando a existência de um imaginário anticomunista que persiste na cultura política brasileira até hoje, como bem demonstra as formas de comunicação e interação que setores políticos, vinculados à extrema direita no país, reproduzem atualmente.

Enrique Serra Padrós, no texto “América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado”, analisa a política de Terror de Estado implementadas pelas ditaduras que se estruturam no Cone Sul entre as décadas de 1960 e 1980, indicando que tal prática foi utilizada para aplicar “as premissas da Doutrina de Segurança Nacional visando defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro [...]” (p.139). Para embasar sua investigação, o autor resgata a discussão acerca da natureza dos Estados ditatoriais latino-americanos, estudando a literatura que buscou interpretá-los como fascistas ou como Estados burocrático-autoritários, como fez Guillermo O´Donnell.

Apesar das diferenças entre tais chaves de leitura, Padrós aponta similaridades, entre elas “o caráter inédito e global dos novos sistemas repressivos implementados na região, dentro do mesmo marco cronológico e numa escala sem precedentes na América Latina” (p.146). Por outro lado, o autor considera que identificar as ditaduras como “regimes de Segurança Nacional” apresenta uma maior pertinência para o entendimento dessas experiências, pois realça o papel que a “Doutrina de Segurança Nacional assumiu na estruturação desses regimes (p.146), cabendo às Forças Armadas a função de ordenadoras do sistema social, diante da falência das instituições da democracia representativa liberal.” Dessa forma, a Doutrina de Segurança Nacional se configurou como um estado de guerra permanente contra um suposto inimigo interno, sendo este um elemento inédito que impossibilitou a associação de tais ditaduras “com o fascismo clássico”, ao mesmo tempo que exige um “redimensionamento da importância da superpotência” (EUA) na tese do Estado-Burocrático, pois as Doutrinas de Segurança Nacional foram impostas pelos EUA aos países latino-americanos.

Padrós chama a atenção, ainda, para a tentativa, de parte da historiografia, em dissociar os interesses econômicos e as práticas repressivas da ditadura, buscando, por meio de um discurso tecnocrático, eximir de responsabilidade os agentes econômicos que apoiaram e participaram da ditadura, o que inviabiliza a identificação do Terror de Estado e da Doutrina de Segurança Nacional como instrumentos de ação de classe para reprodução e conservação de seus interesses. Nesse sentido, o autor expõe a necessidade de se ampliar a discussão historiográfica acerca do período, aprofundando e diversificando as pesquisas na área.

No texto “Ditadura e terrorismo de Estado no Brasil: A violência que não vemos”, a professora Carla Luciana Silva, realizar uma leitura que, muitas vezes, não aparece na historiografia sobre a ditadura. A criação da Comissão Nacional da Verdade possibilitou o aumento do interesse sobre o período ditatorial, com o avanço do arcabouço documental disponível aos historiadores, no entanto, ainda existem produções que buscam indicar a ditadura brasileira como uma experiência menos traumática e violenta que suas congêneres no continente.

Assim, a autora discute, por exemplo, o fato de o conceito de terrorismo ser utilizado com frequência para designar aqueles que se engajaram na luta contra a ditadura, mas o mesmo não acontece quando é analisada a forma de atuação do Estado. Além disso, é trabalhada no texto a importância dos estudos marxistas para o entendimento das ditaduras, em especial da categoria de bonapartismo para se fazer referência à dominação burguesa como forma “alternativa ao fascismo” na região (p.165).

Ainda sobre o aspecto do terrorismo de Estado, Silva analisa os diversos tipos de violência que as ditaduras impõem à sociedade. As torturas e os assassinatos não são as únicas formas de terrorismo de Estado do período, mas também o sequestro de crianças, a criminalização de setores específicos da sociedade e as próprias políticas econômicas, as quais possibilitaram, ao mesmo tempo, um aceleração do processo de modernização capitalista na região – através de mecanismos subordinados aos interesses do capital internacional, concentraram renda – e impuseram à classe trabalhadora uma série de medidas restritivas, como o arrocho salarial, que reproduzem o terror, o medo e a insegurança no campo do trabalho.

No último texto do livro, a professora Vera Lucia Vieira, no artigo “Impeditivos para a democracia liberal na América Latina: violência Institucional, negacionismo e terrorismo de Estado”, analisa as particularidades da formação dos Estados latino-americanos, indicando que as categorias utilizadas pela historiografia para a análise das contradições locais fazem referência ao contexto europeu, por exemplo as ideias de república, democracia e liberalismo.

Como o Estado liberal latino-americano se estruturou sobre bases diferentes em relação aos europeus – ou seja, de cima para baixo, reproduzindo no contexto independente as contradições coloniais e a posição relativa periférica do continente –, as burguesias locais também apresentam características díspares, se comparadas às burguesias europeias. Enquanto estas tiveram que derrubar o Antigo Regime, alinhando-se aos camponeses e operários para realizar as revoluções burguesas – o que tornou possível, frente às pressões da classe trabalhadora, a construção de um Estado social na Europa –, na América Latina, a burguesia se constituiu de maneira conservadora, negando aos camponeses, ex-escravizados, povos originários e operários, formas de participação e inclusão social.

Essa característica ajuda a entender como as políticas de criminalização de caráter eugênico se relacionam com as estruturas estatais, que legitimam a correlação de forças nos países latino-americanos. Dessa forma, como as particularidades latino-americanas não possibilitaram a formação de Estados liberais nos moldes das experiências europeias, a democracia é inviabilizada, sendo, portanto, necessário analisar o caráter autocrático dos Estados latino-americanos, os quais, para reproduzir a ordem social classista, impõem uma lógica social negacionista, que impede a identificação das reais causas da dependência e da miséria nessa parte do globo.

Portanto, diante do que foi apresentado, percebe-se que a obra “Terrorismo de Estado” apresenta uma contribuição importante para a historiografia sobre as ditaduras latino-americanas, sobretudo no aspecto teórico. Também é uma expressão da importância dos Grupos de Trabalho que se organizam para integrar e expandir pesquisas acadêmicas, dando vazão ao conhecimento produzido nas universidades latino-americanas, em particular, nas brasileiras, em um momento crucial tendo em vista o constante

ataque que as Ciências Humanas sofrem de forças políticas vinculadas à extrema direita.